

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

«OS TRABALHADORES TÊM DE ORGANIZAR E DE GERIR POR SI MESMOS AS SUAS LUTAS E NÃO DEVEM DELEGAR QUALQUER PODER A NENHUM PARTIDO POLÍTICO NEM A NENHUM DIRIGENTE»

DE TRABALHADORES DOS CORREIOS FRANCESES AOS SEUS CAMARADAS PORTUGUESES

45 DIAS DE GREVE DOS CORREIOS FRANCESES - PARA NADA?

E, contudo, este movimento partiu espontaneamente da base. No dia 17-10-74, na estação de PLM (*), o chefe do centro recusa-se a receber uma delegação sindical; todos os empregados se põem imediatamente em greve, sem qualquer pré-aviso (em todas as administrações francesas é obrigatório anunciar a greve com pré-aviso de 5 dias).

Rapidamente, no seguimento de assembleias de trabalhadores, em todas as estações, partimos para a greve sem pré-aviso no dia 19, a greve é total em todas as estações-gare parisienses.

No dia 26-10-74 a greve é geral nos PTT. Estabelece-se uma plataforma de reivindicações:

- aumento do pessoal efectivo;

- escala de substituições correspondente às necessidades;
- supressão da categoria de pessoal auxiliar (existem 92 mil auxiliares num total de 200 mil empregados nos PTT) e passagem a efectivo de todos os auxiliares;
- melhoria das condições de trabalho em todos os serviços;
- serviço activo com bónus;
- aumento das despesas de deslocação; revalorização do pagamento das horas da noite;
- aumento de 200 francos para todos e mínimo de 1700 francos de salário mensal.

Em pouco tempo as centrais sindicais recuperam o movimento e canalizam-no para a formação de comissões sindicais (2) em vez de comissões de greve onde todos os trabalhadores, mesmo não sindicalizados, poderiam dirigir eles próprios a sua luta.

A CGT (Confederação Nacional do Trabalho, sob o controlo do PCF - Partido Comunista Francês) opôs-se em

particular a todas as iniciativas duras, tais como a ocupação dos locais de trabalho ou acções repressivas contra os centros de distribuição de correio paralelos (montados pelo governo com os fura-greves, com o exército, e com o pessoal temporário). O serviço de ordem da CGT arranca cartazes, rasga comunicados e chega a atacar fisicamente grupos de extrema-esquerda entre os trabalhadores que apelam a que a classe operária organize a sua própria luta e que seja ela mesma a controlá-la.

Sim, uma vez mais em França, depois das greves duras nos PTT, greve de 22 dias em 1953 (traída pela Force Ouvrière, central sindical cooperando abertamente com o governo), greve de três semanas em 1968 (traída pela CGT), esta greve de 45 dias é sabotada, desta vez pela cumplicidade de todas as federações sindicais. O reformismo dos dirigentes da CFDT (*), o revisionismo e sectarismo da CGT, a política de cooperação de classes da FO uma vez mais canalizaram, traíram e quebraram a luta dos trabalhadores.

A partir de 6 de Novembro, dia em que o secretário de Estado para os PTT (Lelong) propôs um protocolo de acordo que não trazia senão migalhas às nossas reivindicações e no qual nenhuma proposta sobre salários, efectivos, ou condições de trabalho era feita, as centrais sindicais não tomaram qualquer iniciativa. Na base, contudo, nós, os trabalhadores não tínhamos falta de propostas! - ocupação dos locais de trabalho (recusa categórica por parte da CGT); popularização da luta (aliás bem aceite pela população); ligação entre os trabalhadores dos PTT; marcha nacional sobre Paris. A base estava disposta a aguentar até à satisfação das suas reivindicações e, contudo, os dirigentes sindicais apelaram para a suspensão do movimento alegando que tal seria ainda o mais «sensato» frente à intransigência do regime capitalista de Giscard d'Estaing!

Os trabalhadores dos Correios, Telefones e Telecomunicações franceses chamam a isto uma traição e continuam a luta diminuindo o ritmo de trabalho.

Tudo isto confirma uma vez mais que os trabalhadores têm de organizar e de gerir por si mesmos as suas lutas e que não devem delegar qualquer poder a nenhum partido político nem a nenhum dirigente.

Nos PTT como em toda a parte, o poder deve pertencer aos trabalhadores!

Paris, Dezembro de 1974

Um grupo de trabalhadores dos PTT

(*) PLM: Paris-Loire et Marne; trata-se de um dos centros de stri parisienses, onde o correio é separado para as diversas províncias francesas.

(2) Trata-se de comissões inter-sindicais, compostas por delegados dos diferentes sindicatos. Ao contrário dos comités de greve responsáveis perante os trabalhadores, as comissões sindicais escapam ao controlo da base.

(*) CFDT: Confederação Francesa Democrática do Trabalho, sindicato cujos dirigentes estão essencialmente ligados ao PS (Partido Socialista) e ao PSU (Partido Socialista Unificado).

TAP

CONTRA AS SANÇÕES E DESPEDIMENTOS

Comunicado N.º 31
da: Comissão Sindical/TAP

Os trabalhadores reunidos em Plenário, na Voz do Operário, no dia 8-1-75, aprovaram as moções que passamos a transcrever:

MOÇÃO I

Os trabalhadores da TAP, reunidos em Plenário na Voz do Operário, em 8-1-75.
Considerando

- 1 - Que o Despacho Ministerial relativo às reintegrações vem contrariar a vontade geral dos trabalhadores da TAP, expressa em Plenário no Pavilhão dos Desportos, em 18-11-74, no sentido de não admitir sanções a aplicar aos trabalhadores abusivamente afastados da Empresa.

- 2 - Que tal Despacho pretende justificar perante a opinião pública o processo repressivo, desencadeado com a ocupação militar da TAP.
- 3 - Que tal Despacho cria uma situação discriminatória e favorável a toda a espécie de coacções, chantagens e repressão sobre os trabalhadores agora reintegrados e os restantes.
- 4 - Que tal Despacho autoriza e justifica à partida tentativas de despedimento dos trabalhadores atrás referidos.

Os trabalhadores da TAP decidem:

- 1 - Não aceitar qualquer tentativa de despedimento e paralisar o trabalho, ca-

so tal abuso se venha a verificar.

- 2 - Repudiar as sanções anunciadas pelo Despacho Ministerial e exigir o seu levantamento.
- 3 - Vincular a C. S. a dar conhecimento desta moção à Administração da TAP, Ministério do Trabalho e Autoridades Militares e fazer a sua divulgação pelos órgãos de informação.

MOÇÃO II

Atendendo a que os trabalhadores da TAP já definiram claramente qual a sua posição quanto aos seus camaradas suspensos, quer neste Plenário, quer em Plenários anteriores, onde foram aprovadas moções que além de outros pontos, incluía o total repúdio a qualquer

sanção aos ditos trabalhadores e independentemente das posições que cada um dos atingidos com o Despacho Ministerial venha a tomar, os trabalhadores reunidos em Plenário decidem:

- 1 - Que os mesmos trabalhadores devem recorrer para a entidade hierárquica superior, a fim de dar total cumprimento ao ponto 5 da moção de 18-11-74, ou seja para que todos os trabalhadores fiquem a saber todos os intervenientes e respectivas posições nos processos.
- 2 - Ser a C. S. a dar conhecimento a todos os órgãos de informação e aos trabalhadores TAP do conteúdo desta moção.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1975
A COMISSÃO SINDICAL

NESSE NOME

BALANÇO DE 6 MESES DE LUTA

MESA-REDONDA (CONTINUAÇÃO)

Participantes na Mesa-Redonda

- 3 operários de Alberto Marinho Lda.
- 1 operário de TABOPAN
- 2 operários de ALVES e COMP.
- 1 operário de outra empresa.

TABOPAN — Indústria de Madeiras com quase 2 000 operários (nas linhas de Amarante).

Tem ao serviço algumas secções de metalúrgicos (cerca de 100 metalúrgicos).

ALVES & C.ª LDA. — Indústria de Madeiras — Móveis, Arcas e Urnas Funerárias.

Tem cerca de 150 operários.

OFICINAS ALBERTO MARINHO LDA. — Indústria Metalúrgica — Ferramentas e Máquinas.

Tem cerca de 140 operários.

Na parte da Mesa-Redonda publicada no número anterior, os trabalhadores de cada uma das empresas sintetizaram os problemas principais da sua luta.

Os camaradas de Alves & C.ª disseram que, em virtude das ameaças patronais, não tinham ainda conseguido eleger os delegados sindicais. Além da repressão, reina nesta empresa a sobre-exploração, porque os operários não recebem o ordenado estipulado no Contrato Colectivo de Trabalho. O patrão aproveita o sistema dos prémios para dividir os trabalhadores. O Sindicato não dá qualquer apoio aos trabalhadores; há algum tempo, três elementos do Sindicato foram à fábrica, onde só falaram com o patrão, não falando com nenhum dos operários!

Os camaradas do Alberto Marinho referiram o despedimento de um deles, proposto para delegado sindical e activador do processo de eleição dos delegados. Nem os delegados sindicais que vieram a ser eleitos, nem o sindicato, impuseram a readmissão daquele camarada. Descreveu-se o processo de eleição desses delegados sindicais e as deficiências do seu trabalho, das quais resultou, nomeadamente, a não-organização do caderno reivindicativo.

Os camaradas do Alberto Marinho referiram o despedimento de um delegado sindical; pouco depois, o sindicato apoiou também o delegado despedido, e os patrões foram obrigados a readmiti-lo. O papel dos delegados sindicais foi assim definido: «porta-voz dos operários junto dos sindicatos». Os camaradas da Tabopan fizeram ainda a crítica a uma série de aspectos da actuação dos delegados na Alberto Marinho, e acabaram por afirmar que é preferível que existam comissões de delegados sindicais do que um delegado só, o qual é mais facilmente manobrado pelo patrão.

Vejamos agora a discussão pelos camaradas destas três empresas de novos problemas.

COMB — Querem falar sobre as assembleias de fábrica e o seu funcionamento...

Um operário (Alves & C.ª) — Estou plenamente de acordo com o que tu disseste e acho que uma comissão sindical era muito mais importante de que os delegados sindicais, escolher esses indivíduos não é... Esses indivíduos que fossem escolhidos para a comissão, era sempre conveniente escolher indivíduos que não fossem... que não contactassem muito com o patrão, por exemplo.

COMB — E as relações com vocês?

Um operário (Alves & C.ª) — Pois, indivíduos da nossa confiança. Claro que não se ia fazer uma comissão com indivíduos que não fossem da nossa confiança.

Outro operário (Alberto Marinho) — Eu acho que é isso, que eles já disseram. Acho que é o que devia ser e o que não está a suceder. Os delegados sindicais é que tomam a iniciativa e não consultam o resto dos operários. Eu até inclusivamente numa reunião que o delegado sindical fez, disse lá que ele disse que não tinha apoio e que se ia demitir... eu disse que isso não estava bem porque ele, os problemas que tinha não aceitava de os resolver com nós todos e se não os re-

solvia com o apoio de todos era porque não queria, só ele e outros é que resolviam o que se devia fazer e o que se ia dizer ao patrão, etc. É isso que eu acho, que numa comissão resolvia melhor os nossos problemas.

Um operário — Mas está bem, está bem que a comissão resolvia, mas vocês também têm culpa. O facto de não haver comissão não impede que vocês forcem os delegados a fazer aquilo que vocês querem.

Um operário (Alberto Marinho) — Um indivíduo forçando os delegados, eles dizem que um indivíduo vai par lá influenciado por outros, que vai para lá mas é criar complicações. Val-se expor qualquer problema — vai-se criar complicações... Val-se pedir uma informação qualquer, se for preciso ainda se é maltratado ou coisa no género e depois ainda por cima anda lá com piadas. É isso que leva a maior parte do pessoal a descreditar. Eles têm alguns dos que estão na comissão de apoio que estão do lado deles, são amigos de fora e são os indivíduos que estão do lado deles e vão...

Um operário — Ele quem? O patrão?

Um operário (A. Marinho) — Não, amigos lá do delegado e é que vão contactando com aqueles mais antigos; se uma pessoa vai dizer qualquer coisa contrária do que esses indivíduos lhe vão dizer, eles chamam-nos reaccionários,

malandros, que não queremos mas é trabalhar e coisas do género.

COMB — Há uma coisa que tu já me tinhas contado sobre o apoio que ele dizia que não tinha e que tinha, ele chegava a dizer para parar e vocês paravam, depois para voltar a trabalhar...

Um operário (A. Marinho) — Eu achava que toda a malta queria parar... disse para paralizarmos e toda a gente alinhou.

Isso aconteceu quando foi o despedimento do outro indivíduo. No dia seguinte chegou lá e disse para pararmos e a malta parou, depois disse que era melhor trabalhar, que ia resolver, depois no dia seguinte tornou a dizer a mesma coisa... que não se começava a trabalhar sem o outro ser readmitido. Até que depois ele veio outra vez e começou a dizer: e tal é melhor trabalhar, quando vier o patrão resolve-se o problema, e a malta começou a trabalhar; depois vem dizer que não tem apoio...

Um operário — E o que se está a passar com vocês?

Outro operário (A. Marinho) — Pois...

Um operário (A. Marinho) — Ele está a pôr-se à frente de tudo e de todos; pôs-se num plano superior aos outros todos e qualquer problema que apareça ele não procura reunir os operários e expor-lhes o problema e colher as informações dos operários. Ele próprio quer fazer tudo sozinho e depois diz que não tem apoio! Como é que ele há-de ter apoio se não expõe os problemas ao resto do pessoal... Está claro que ele não tem apoio sem dizer aquilo que se está a passar, sem colher opiniões daquilo que se passa, não pode ter apoio.

COMB — Porque é que vocês não reúnem e obrigam...

Um operário (A. Marinho) — Se for eu, este, ou outro indivíduo qualquer dizer: «a malta podia reunir, fazer e acontecer, eles não ligam...

Outro operário (A. Marinho) — Para eles o delegado sindical...

Um operário (A. Marinho) — Sim, para alguns lá dentro o delegado sindical é um deus. Tem uma confiança nele, que um indivíduo...

Um operário — Nele não, no sindicato. Tem confiança no sindicato, e o sindicato vira-se para eles e diz-lhes que o dinheiro do contrato de trabalho é como se já estivesse no bolso.

Um operário (A. Marinho) — É isso. O pessoal tem medo de actuar porque então eles dizem: façam isto ou aquilo, o dinheiro é como se já estivesse nos bolsos. E esses mais antigos, pronto, fecham-se.

Outro operário (A. Marinho) — Até agora os delegados chegaram à conclusão que o sindicato não resolve nada, até dizem...

Um operário (A. Marinho) — Eles tanto criticam como apoiam!...

Outro operário (A. Marinho) — Agora que o sindicato vem aí e que é só palavrado, que não viam nada só falam.

UMA «MANIFESTAÇÃO DEMOCRÁTICA» FORÇADA

COMB — Soube que vocês foram ao Porto para uma manifestação; o que é que se passou sobre isso? Que género de manifestação foi e o que é que aconteceu?

Um operário (A. Marinho) — Isso foi... ele teve um comunicado lá do sindicato e reuniu com a malta toda e disse que a malta tinha que ir ao Porto e todo o indivíduo que não fosse ao Porto quando precisasse de resolver um problema, e mais não sei quantos... até lhe cortavam os direitos todos do sin-

dicato ao indivíduo que não fosse. Está claro a malta foi... fomos todos para o Porto, quando chegamos ao Porto disseram que era uma manifestação do partido. E a malta veio de lá toda desiludida, mas de que maneira!...

Um operário (Alves & C.ª) — Era uma manifestação de apoio às Forças Armadas...

Um operário (A. Marinho) — Foi de apoio nada, foi mas é do partido.

Outro operário (A. Marinho) — Era um comício do Partido Comunista.

COMB — Vocês iam lá para que género de manifestação?

Um operário (A. Marinho) — Era para um comício do sindicato dos Metalúrgicos do Porto...

Um operário — Sobre o contrato de trabalho, para obrigar os patrões a cumprir o contrato de trabalho.

Outro operário (A. Marinho) — Sobre a união dos sindicatos... da união dos sindicatos...

Um operário — A união dos sindicatos, de maneira a forçar os patrões a cumprir o contrato de trabalho.

Outro operário (A. Marinho) — Pois, pois...

Um operário — E vocês foram desviados para uma manifestação de apoio ao Governo Provisório.

Outro operário (A. Marinho) — Até que nos cartazes diziam que a malta juntava-se na Praça da Batalha e não era nada, era lá em baixo na Praça do Município, era onde foi a manifestação.

COMB — E depois como é que vocês reagiram a isso?

Um operário (A. Marinho) — O delegado não reagiu nada, disse aí numa reunião que tal, que foram enganados, que só depois é que viram que aquilo

colectivo de trabalho dos metalúrgicos, chegaram ao Porto a manifestação não era para isso mas sim um comício do partido...

Um operário — Aí pode haver engano...

Um operário (Alves & C.ª) — Não, parece que foi uma manifestação de apoio...

COMB — Realmente para que é que foi? Eu vi-os no Porto com cartazes em que vocês faziam reivindicações do sector metalúrgico, cumprimento do contrato de trabalho...

Um operário (Alves & C.ª) — Pois, pois... Os cartazes que levavam eram um cartaz que dizia que «os operários do A. Marinho estão em piores condições que antes do 25 de Abril», e coisas do género; de maneira a forçar o cumprimento do contrato.

COMB — Qual a atitude que tomam os delegados ou o sindicato face ao não pagamento do meio-dia de trabalho por parte do patrão?

Outro operário (A. Marinho) — Eles praticamente não fizeram nada.

Um operário — Quer dizer, perderam meio-dia de trabalho.

Outro operário (A. Marinho) — Pois, perdemos meio-dia e a malta quando foi o pagamento, deu fé de que faltava meio-dia à maior parte dos operários e apresentámos isto e tal; a gente vai falar com o patrão. Foram falar com o patrão e não deram satisfação a ninguém. Por exemplo, ainda houve uma ocasião que disse ao delegado: «Como é que está isto do meio-dia, ele... «Tal, isso... a gente está a tratar e mais não sei quanto... Está a tratar, está a tratar... e continuam a tratar ainda! Até hoje ainda estão a tratar, de certeza...

Um operário — Qual foi a reacção do patrão à convocação da manifestação?

Outro operário (A. Marinho) — Os delegados foram ter com ele, que necessi-



Desenho de Bosc

realmente não era nada do nosso interesse e mais não sei quanto e não disseram mais nada. Depois o patrão descontou meio-dia... foi... somos mais cedo uma hora e ele descontou meio-dia a cada operário, os indivíduos foram lá falar com ele, mas foi meio-dia ao ar... mas nem a todos, a mim por exemplo não me descontou nada.

COMB — Eles convocam-vos para uma manifestação para discutir o contrato

távamos de sair mais cedo uma hora... e o gajo: «Sim senhor, muito bem... e deixou sair a malta.

Um operário (A. Marinho) — Depois disso o sindicato convocou a malta para ir a uma reunião no Palácio de Cristal, ele não queria que fôssemos todos... e eram meia dúzia deles, a maior parte do pessoal não foi!

(Continua na pág. 3)

40. **TEXEMALHAS, Porto, confecções**

75 operárias. Grupo COMUNDO. Luta por melhores condições de trabalho, contra a repressão dentro da fábrica e contra os despedimentos. Greve, que se converteu em greve com ocupação durante uma semana (Julho). Comissão de delegadas sindicais eleitas, que consultam as operárias e as informam. (N.º 6 e 8).



41. **TIMEX, Margem Sul, relojoaria**

Empresa multinacional. Luta pelas 40 horas e por aumento de salários. Greve. Comissão de trabalhadores eleita. (N.º 1, 2 e 3).

42. **TRANQUILIDADE, Lisboa, seguros**

Grupo Espírito Santo. Outubro: Luta contra a desigualdade nas gratificações; decisão da sua distribuição equitativa. Dezembro: Paralisações intermitentes do trabalho. (N.º 12).

LUTAS NO LOCAL DE HABITAÇÃO

1. **LISBOA**

a) **Bairro de Chelas**

Um grupo de habitantes dos bairros de lata ocupa alguns prédios em obras no bairro de Chelas (Novembro). Alguns trabalhadores destas obras apoiam o movimento ocupando também as casas. (N.º 13).

2. **PORTO**

a) **Bairro do Cerco**

Recusa de acatamento das decisões da Câmara. A reivindicação fundamental é a questão da renda resolúvel. Tentativa de unificação da luta com outros bairros. Eleita uma comissão de moradores em assembleia geral de moradores. (N.º 12).

b) **Bairro de S. João de Deus**

Uma comissão eleita pelos moradores do bairro de S. João de Deus apresenta um caderno reivindicativo exigindo a abolição imediata do regulamento do bairro.

Uma manifestação apoia a entrega do caderno reivindicativo no Quartel General (Maio). Luta pela elaboração de um novo regulamento pelos novos moradores e pela junção de novos bairros ao movimento. (N.º 2).

c) **Um prédio da Subaluga**

Luta pelas seguintes reivindicações: Ninguém ser despejado, obras, fim da exploração da Subaluga. Realização de assembleias populares e tentativa de unificação com a luta noutros bairros. (N.º 10, 12 e 13).

3. **SETÚBAL**

a) **Bairro do Castelo Velho**

Incitados por «falsos amigos do povo», os moradores deste bairro de lata ocupam casas destinadas aos pescadores. Oposição dos pescadores. Reconhecida a posição justa dos pescadores, os moradores lançam-se na luta pelo direito a um novo bairro. (N.º 3).

CAMARADA

O jornal "Combate" é uma tribuna aberta à livre expressão de todos os trabalhadores em luta. É também um meio pelo qual os trabalhadores podem trocar as suas experiências e aumentarem assim a sua organização autónoma no combate ao capitalismo.

Mao, se grandes são as lutas dos explorados, são fracos os seus recursos financeiros.

O "Combate", que se apoia somente nos trabalhadores, que não é órgão de nenhum partido ou grupo político, tem de lutar constantemente pela sua sobrevivência económica.

Se achas que o "Combate" tem a sua razão de ser na luta dos explorados e dos oprimidos, apoia-nos tornando-te assinante e tornando os teus amigos e camaradas.

CAMARADA: COLABORA NA NOSSA CAMPANHA DE ASSINATURAS!

SUPLEMENTO COMBATE

DIRECTOR INTERINO E PROPRIETÁRIO: MARLJA GOUVEIA

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

MEIO ANO DE LUTAS E DE DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES

SEGUNDO O «COMBATE»

EDITORIAL

BALANÇO DE SEIS MESES DE LUTA

O significado actual dos sindicatos

Todos os camaradas para quem a história do movimento operário não é inteiramente desconhecida certamente repararam que, até ao desenvolvimento dos grandes monopólios, no princípio deste século, os sindicatos eram verdadeiras organizações dos trabalhadores, armas suas na luta contra o capital. Em Portugal, onde o grande monopolismo só com o regime de Salazar passou a dominar completamente toda a vida económica, a velha central sindical, a CGT (Confederação Geral do Trabalho), foi uma defensora intransigente da emancipação dos trabalhadores, até ser extinta pelo fascismo. Nos países industrializados, que viram o domínio da economia pelos monopólios algumas décadas antes do caso português, a extinção dos velhos sindicatos operários processou-se mais cedo.

De uma forma rápida e violenta, como em Portugal, ou através de uma transição pacífica e mais lenta, como em França, por exemplo, os

sindicatos deixaram de ser o instrumento de luta dos trabalhadores no local de produção e converteram-se nas organizações por que os planificadores económicos dos grandes monopólios organizam os trabalhadores consoante os interesses dos grandes sectores de produção capitalistas. O sindicato deixou de ser a organização dos trabalhadores na resistência contra o capital, passou a ser a grande forma de enquadramento dos trabalhadores na orgânica do capitalismo. No caso do fascismo português assistiu-se, junto com a prática eliminação do valor do sindicato enquanto organização de massas, à criação de organismos anexos aos sindicatos, como o Instituto Nacional do Trabalho, que foram o elemento essencial da estrutura sindical enquanto planificadora do trabalho. Por razões tecnológicas, económicas e mesmo sociais, o capitalismo entrou com os monopólios numa fase de planificação. E, assim como os capitalistas têm os seus órgãos especiais

(Cont. na página seguinte)

(Cont. da pág. anterior)

para planificar os aspectos da produção e da circulação dos produtos, têm também organismos que planificam a distribuição da força de trabalho e o seu nível salarial. Esses organismos são os sindicatos actuais. O dirigente sindical de hoje é o tecnocrata da planificação do trabalho.

Isto, que entre nós acontecia durante o regime fascista, continua a suceder depois do 25 de Abril. No tempo de Salazar e Marcelo, os sindicatos e a sua estrutura anexa eram, todos o sabemos, órgãos do governo burguês fascista. Hoje, os sindicatos são um órgão do governo burguês pró-parlamentarista. Em ambos os casos são uma peça do aparelho de Estado. Em nenhum caso são um instrumento da luta proletária. Dos camaradas que nos lêem quantos não foram já, integrados em comissões de trabalhadores, ao Ministério do Trabalho? Aí, braço direito do ministro, que é o representante officioso do conjunto dos patrões (dos patrões enquanto classe) junto dos trabalhadores, aparece o delegado da Intersindical, com os seus conselhos ao ouvido. A sua função não é a de defender os interesses dos trabalhadores. É a de, no segredo dos corredores da Praça de Londres, instruir o ministro e o patronato sobre a forma mais pacífica por que estes podem tentar enganar os trabalhadores.

Este papel do sindicato como organismo de planificação capitalista do trabalho não se deve só ao facto de estarem na cúpula dos sindicatos e da Intersindical dirigentes reaccionários, como querem fazer crer a maior parte dos pequenos grupos políticos actuais. O mal não está só no facto de a meia-dúzia de pessoas que dirigem os sindicatos serem reaccionárias. Está na própria estrutura dos sindicatos. E tanto assim que, nos raros casos em que sindicatos têm à sua frente trabalhadores revolucionários, as suas possibilidades continuam limitadíssimas.

O carácter reaccionário dos sindicatos deve-se fundamentalmente ao facto de pretenderem conduzir as lutas operárias exteriormente às massas trabalhadoras activas nessas lutas. Há outras causas, mas subordinadas a esta e menos compreensíveis no momento actual da luta de classes no nosso país; por isso, e para não nos alongarmos, vamos considerar só esse aspecto principal.

Os dirigentes sindicais acham que podem conduzir as lutas independentemente da opinião dos trabalhadores, sem sequer os informarem, porque — argumentam eles — os trabalhadores lhes delegaram o poder. Se não nos escravizarmos às palavras, vemos que esta ideia de «delegação do poder» é uma fantochada sem qualquer significado. A burguesia é que assenta as suas estruturas de Estado nessa ideologia, especialmente a burguesia parlamentarista. Mas o que é o poder? O poder, ou se tem ou não se tem, e quando se delega deixou-se de o ter. Quando são as massas trabalhadoras de uma empresa a lutarem e a decidirem colectivamente essa luta, então elas mantêm nas mãos esse poder de decisão e, assim, desenvolvem a sua coesão e a sua capacidade de

organização; porque estão permanentemente activos, aumenta a sua compreensão de uma quantidade de aspectos da realidade e desenvolvem-se formas de organização colectivas e comunitárias em que germina a sociedade comunista. Mas se o poder de decisão e de acção é retirado às massas, através do mito da «delegação» ou de outro qualquer, elas caem na passividade e são incapazes, portanto, de desenvolver as formas sociais antagónicas da sociedade burguesa. Retirar às massas proletárias a acção e a iniciativa é, sempre, uma forma de perpetuação da sociedade burguesa.

Em Portugal, a grande maioria dos trabalhadores, através da experiência da luta, viu claramente que os sindicatos continuavam a manter, após o 25 de Abril, a mesma função de organismo dependente do Estado que os tinha caracterizado durante o fascismo. Essa compreensão foi facilitada pelo facto de estes sindicatos terem sido criados a partir das cúpulas, por um processo puramente burocrático, mantendo-se até na maior parte dos casos a mesma estrutura orgânica.

A ULTRAPASSAGEM DOS SINDICATOS PELAS COMISSÕES DE TRABALHADORES

Face a esse completo afastamento dos sindicatos relativamente às massas, os trabalhadores desenvolveram a criação de um outro tipo de organizações: as comissões de trabalhadores. E assim, em poucos meses, as comissões de trabalhadores estenderam-se à quase totalidade das empresas em luta, num processo amplo e muito rápido. Este desenvolvimento das comissões de trabalhadores é a marca mais evidente do descrédito em que caíram os sindicatos. Mas quer isto dizer, como pareceria a um observador relativamente superficial, que entre nós reina a democracia na condução das lutas operárias e que são as próprias massas trabalhadoras a manterem nas suas próprias mãos a iniciativa e o poder no combate contra o capital?

Estamos muito longe disso...

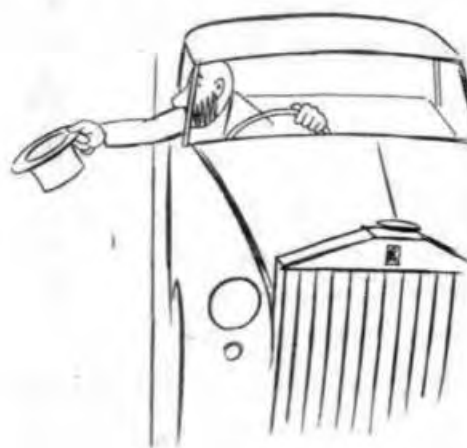
LIMITAÇÕES DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES ACTUAIS

Estamos muito longe porque essa democracia formal é quase sempre desmentida quando analisamos a realidade dos factos. Em muitos casos, a comissão de trabalhadores limita-se a servir de intermediária entre o Sindicato e os trabalhadores e, se isso mostra a exterioridade do sindicato relativamente ao proletariado, mostra também que, nesses casos, é o sindicato a conduzir todas as conversações com o patronato; a comissão de trabalhadores limita-se a dizer ao sindicato o que os trabalhadores gostariam que fosse feito e a dizer aos trabalhadores o que o sindicato decidiu fazer (é um caso destes que se passa, por exemplo, na Abel Alves de Figueiredo); nestes casos, apesar de o sindicato não ter qualquer radicação entre os trabalhadores, é a comissão de trabalhadores que vai subordinar os trabalhadores à direcção do sindicato.

Noutros casos, é a própria comissão de trabalhadores eleita que é reaccionária, devido ao

30. RIOPELE, V. N. de Famalicão, têxtil

Greve de uma parte dos operários (1.º e 3.º turnos da Fiação C) por aumento de salários e melhores condições de trabalho (Maio). Ao mesmo tempo, um grupo de trabalhadores fura-greves oferece ao patrão presentes no valor de 18 contos. (N.º 6 e 8).



Desenho de Chaval

31. Oficinas R. M. Magalhães, metalurgia

Mais de 100 operários. Despedimentos. O patrão não cumpre o CCT dos Metalúrgicos, não pagando as férias. (N.º 10).

32. SETENAVE, Setúbal, construção naval

Greve de 12 dias por aumento de salários (Maio). Eleito democraticamente um conselho de trabalhadores, após demissão em plenário do anterior conselho de trabalhadores fantoche, o qual trabalhava em colaboração com a direcção da empresa. Eleição de comissões de base trabalhando em íntima colaboração com o conselho de trabalhadores. (N.º 8, 10, 11, 12 e 13).

33. SILGAR, Vizela, confecções

30 operários. Luta contra os despedimentos. Greve com ocupação de instalações. Eleita uma comissão de fábrica. (N.º 7).

34. SOARES DA COSTA, Porto, construção civil

Greve nalgumas obras por aumentos de salários. Despedimento de alguns trabalhadores mais activos no movimento. A P. S. P. prende grevistas que ocupam uma obra (Outubro). (N.º 8 e 9).

35. SOCEL, Margem Sul, Celulose

Apresentado um caderno reivindicativo (regalias sociais, saneamento, reestruturação da empresa e reclassificação de trabalhadores).

Eleita uma comissão de trabalhadores que inicia a discussão do caderno com a administração. Esta assume uma posição de força. Os trabalhadores ocupam as instalações e continuam a trabalhar (de Julho em diante). (N.º 8).

36. SOGANTAL, Montijo, confecções

48 operárias. Capital francês. Maio: luta por aumento de salários, entrando as operárias em baixa produção. Eleita uma comissão de trabalhadores formada por operárias. Fuga do patrão e tentativa de encerramento da fábrica. As operárias entram em auto-gestão, fabricando e vendendo a mercadoria. (N.º 1, 3, 6, 7 e 8).

37. SOUSA ABREU, confecções

Os trabalhadores formam piquetes para impedir a saída das máquinas e dos produtos (Outubro). (N.º 10).

38. TABOPAM, Amarante, madeiras

Mais de 2000 operários. Greve dos metalúrgicos pela readmissão de dois camaradas despedidos. Luta pelo cumprimento do contrato colectivo de trabalho. Eleita uma comissão operária. (N.º 9, 10 e 14).

39. TAP

3000 operários, 3000 empregados administrativos e 1300 elementos do pessoal de voo.



Desenho de Philippe

Após o 25 de Abril, são criadas: a Comissão Administrativa, encarregada da gestão da empresa, e constituída por 6 elementos, 3 dos quais «representantes dos trabalhadores» (dirigentes sindicais); a Comissão Sindical; uma Comissão de Trabalhadores, com funções meramente consultivas.

A C. A. e a C. S. perdem a confiança dos trabalhadores na discussão do Acordo Colectivo de Trabalho. Os operários da Divisão de Manutenção e Engenharia tomam o processo em mãos e apresentam um caderno reivindicativo: saneamento, apuramento dos responsáveis da repressão fascista, revisão dos salários, redução do horário de trabalho, etc. É declarada greve.

É eleito um secretário da greve. A Companhia é mobilizada e ocupada por forças militares. Há operários detidos pelas forças armadas. Greve de zelo. Manifestações exigindo a aprovação do caderno reivindicativo e a retirada das tropas. 44 operários suspensos e 182 despedidos; destes, 171 são depois reintegrados, ficando 11 também na situação de suspensos. Continua a luta pela reintegração de todos os trabalhadores e pelo caderno reivindicativo. Uma assembleia geral, no dia 18 de Novembro, decide não reatar as conversações do ACT enquanto todos os trabalhadores não fossem reintegrados. (N.º 1, 6, 7, 10, 11, 12 e 14).

19. **JORNAL DO COMÉRCIO, Lisboa, imprensa e artes gráficas**

305 trabalhadores. Luta pelo saneamento e pela liberdade de expressão. Greve. Comissão de trabalhadores eleita. (N.º 7).

20. **LISNAVE, Margem Sul, construção naval**

Más condições de trabalho. Maio: luta pelo saneamento da administração (antes da apresentação do caderno reivindicativo). Setembro: Manifestação de 7000 operários em Lisboa em apoio ao saneamento. (N.º 4, 6 e 7).

com o início da greve, alargada para 17. Esta comissão estava encarregada de tarefas organizativas e de contactos com a administração. As decisões eram tomadas previamente em assembleia geral dos trabalhadores. (N.º 2, 4, 5 e 6).

23. **MONTOITO, Alto Alentejo, agricultura**

200 operários agrícolas. Luta pelo aumento de salários. Grevé (Junho/Julho) de dez dias que, na sua fase final, teve o apoio dos trabalhadores das regiões vizinhas. Eleita uma comissão de 6 trabalhadores para negociação com o patronato. Esta comissão transformou-se posteriormente

25. **NUTRIPOL, Lisboa e arredores, Setúbal, Caidas da Rainha, Porto e arredores, supermercados**

Pertence ao grupo Unigeste. A gerência ameaça falência, o que acarretaria o desemprego de 350 trabalhadores. Em Outubro, a administração paga só metade do ordenado. Os trabalhadores organizam-se e pagam a outra metade do salário com o dinheiro das vendas. A comissão de trabalhadores desliga-se das massas. A administração aproveita isso para atacar face aos trabalhadores. Recuo do processo. Dezembro: A Administração nega o pagamento dos 12.º e 13.º meses. A Administração quer a falência; os trabalhadores lutam contra isso e contra o desemprego consequente. Os trabalhadores retêm o dinheiro das vendas e pagam os próprios salários. (N.º 14).

26. **PESCADORES**

a) Lagos, Sagres

Luta para acabar com as Casas de Pescadores e criar um Sindicato Livre; luta pela diminuição dos impostos. (N.º 8).

b) Matosinhos

Compra de 3400 toneladas de sardinha à URSS durante a greve dos 1200 pescadores de Matosinhos. (N.º 4).

27. **PROPAM, Setúbal, panificação**

150 trabalhadores. Luta por aumento de salários. Posteriormente, luta contra os despedimentos e pelo saneamento da administração. Grevé (Agosto e meses seguintes) com ocupação. Eleita uma comissão de trabalhadores constituída fundamentalmente por pessoal dos escritórios. Essa comissão não dá informações completas aos trabalhadores, estando eles de acordo com isso. (N.º 10).

28. **Sindicato dos QUÍMICOS, Sai**

A direcção do Sindicato discorda da posição anti-greve da Intersindical e ataca a Intersindical por não permitir o debate entre as várias correntes do sindicalismo. A direcção do Sindicato afirma que é necessário aumentar mais os salários. Os trabalhadores dos plásticos queriam ser reintegrados no sindicato dos Químicos, de que o fascismo os afastara para lhes diminuir os salários. A Intersindical e o Ministério do Trabalho sabotam essa reintegração. Cenas de pancada em assembleias gerais. (N.º 5 e 10).

29. **REDONDO, Alto Alentejo, agricultura**

Ofensiva dos agrários no sentido de baixar os salários e aumentar o horário de trabalho. Despedimentos. Tentativa de desmobilização dos trabalhadores pelo Sindicato para evitar a greve. Ultrapassando a posição do Sindicato, os trabalhadores entram em greve (Setembro). (N.º 7).

facto de os seus membros constituírem uma elite privilegiada, ou até não sendo operários. Frequentemente, engenheiros e quadros técnicos de formação universitária, ex-dirigentes nas associações estudantis e actuais activistas nos vários grupos de universitários que, por humor, se chamam partido dos trabalhadores isto ou partido dos trabalhadores aquilo, fazem-se eleger para comissões de trabalhadores e aproveitam-se delas como poleiro para a defesa das suas posições sectoriais. Vejamos o caso de uma comissão de trabalhadores reaccionária porque era integrada por pessoal de escritório: na Charminha, fábrica de confeções mantendo-se em auto-gestão — portanto, numa forma de luta bastante avançada — as operárias estiveram durante bastante tempo subordinadas a uma comissão constituída por pessoal de escritório, que ganhava o dobro ou o triplo das operárias. Eram, na realidade, novos exploradores. Mas, com o desenvolvimento da luta, e através do contacto tido com outras empresas em auto-gestão, como a Sogantal, os trabalhadores da Charminha compreenderam o carácter reaccionário dessa comissão e substituíram-na por uma comissão constituída por operários.

Por vezes, a comissão de trabalhadores, embora constituída por trabalhadores não privilegiados, reproduz completamente o sistema de funcionamento dos sindicatos reaccionários. É o caso, por exemplo, da Propam, em que a comissão de trabalhadores não informava dos resultados das suas negociações no Ministério do Trabalho. E o mais extraordinário é que os próprios trabalhadores estavam de acordo em não serem informados! Temos aqui um caso extremo de abandono por parte das massas operárias de uma empresa do seu papel na luta. É claro que, assim, reproduzem-se as relações de dominação reinantes na sociedade capitalista e reforçam-se as hierarquias burguesas.

Noutros casos ainda, e são sem dúvida os mais frequentes, por isso é escusado citar exemplos, a comissão de trabalhadores, embora informe as massas operárias de todas as suas diligências e as consulte antes de qualquer actuação; embora seja constituída por operários não-privilegiados e por verdadeiros revolucionários; embora compreenda o carácter reaccionário dos sindicatos e não subordine a luta aos burocratas sindicais — acaba por se isolar dos trabalhadores. Isola-se, não por se ter tornado reaccionária, mas porque os trabalhadores caíram numa certa apatia. Tais casos são inumeráveis. A que se deve essa apatia?

Responder a esta pergunta é pôr o dedo na ferida, é explicar porque estas comissões não são tão democráticas como à primeira vista parecem.

Eleger uma comissão demonstra um grau elevado de actividade das massas trabalhadoras e essa actividade vai geralmente reflectir-se no controle a que a comissão está sujeita, nos primeiros tempos, por todos os trabalhadores. No início são realmente as massas a decidirem o que a comissão executa. Mas, depois, começa a repetir-se a distinção entre as massas e os executan-

tes. São sempre os mesmos — os membros da comissão — que executa e, insensivelmente, enquanto as massas trabalhadoras se afastam de toda a iniciativa, a comissão de trabalhadores apodera-se da iniciativa completa. É nesse momento que ela se isola das massas. E é então que o patronato, aproveitando esse isolamento, ataca a comissão, despide os operários mais revolucionários, exerce enfim a sua actividade repressiva. E porquê? Porque os trabalhadores tinham sido afastados do trabalho prático directo e tinham acabado por regressar a uma situação amorfa.

A partir daqui se pode compreender outra das limitações mais evidentes das comissões de trabalhadores durante este período: a grande dificuldade em se unificarem as várias comissões de trabalhadores, em editarem um órgão de imprensa próprio das inter-comissões, etc. Das tentativas até agora feitas para relacionar as várias comissões de trabalhadores, o maior resultado obtido foi a grande manifestação proletária de Setembro. Mas, depois, o trabalho de relação das lutas decaiu, as inter-comissões extinguíram-se e outros organismos que tentaram levar avante tal trabalho de ligação entre as várias lutas operárias não têm também conseguido manter uma existência pública notória. O que se tem passado na realidade é que são os indivíduos pertencentes a algumas comissões de trabalhadores quem se tem reunido, e não as massas trabalhadoras das várias empresas. Isto significa que tais reuniões assentam, desde o início, na manutenção das massas trabalhadoras numa certa passividade e, por isso, se por um lado podem contribuir momentaneamente para a inter-relação das lutas, por outro lado contribuem para agravar a cisão entre essas comissões e as massas trabalhadoras mantidas na passividade.

DESENVOLVIMENTO DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES NUM SENTIDO REVOLUCIONÁRIO

Se olharmos para a experiência da luta operária noutros países em que estes mesmos problemas se fazem sentir, podemos ver como tendem a ser resolvidos. Em várias lutas, algumas das quais se celebrizaram pela sua combatividade e pela coesão e actividade das massas trabalhadoras, os trabalhadores não elegeram comissões definitivas encarregadas de todo o trabalho executivo. Elegeram várias comissões, encarregadas cada uma de um tipo de trabalho, e sempre com carácter provisório. Deste modo, nem se cria um grupo de operários que detenha todo o poder prático, visto que esse poder executivo está repartido por múltiplas comissões; nem se cria uma cisão entre as massas e a actividade executiva directa, visto que o carácter provisório das comissões faz com que a maior parte dos trabalhadores vá assumindo rotativamente funções executivas durante algum tempo. Assim, nem as comissões se isolam das massas trabalhadoras, nem os trabalhadores perdem o espírito comba-

(Cont. na página seguinte)



21. **LITOGRAFIA IDEAL, Porto, artes gráficas**

24 operários. Apresentação pelos trabalhadores de um caderno reivindicativo; os patrões decidem o encerramento da empresa sem pagar indemnizações. Os operários decidem ocupar as instalações em Agosto. (N.º 6).

22. **MABOR, Lousado, pneus**

Greve por aumento de salários e melhores condições de trabalho (salário mínimo de 6 contos, 40 horas, um mês de férias pagas, subsídio de Natal). Eleita uma comissão sindical operária inicialmente com 7 elementos e, depois,

em comissão pró-Sindicato. Controlo da comissão pela reunião geral de trabalhadores. (N.º 3 e 7).

24. **Federação dos MUNICIPIOS DO RIBATEJO, Santarém, serviços públicos**

Luta pelas 40 horas, ordenado mínimo de 6 contos, saneamento e melhores condições de vida. Perante a repressão física aos trabalhadores, estes entram em greve com ocupação de instalações. Eleita uma comissão de luta. Ocupação dos serviços municipalizados pelo Exército e pela P. S. P. As forças repressivas abandonam as instalações no dia seguinte. O conselho de administração ameaça os grevistas com despedimento. (N.º 9).

EDITORIAL

(Continuação da pág. anterior)

tivo e o activismo revolucionário. É uma forma colectiva e comunitária de condução da luta, que desenvolve em si elementos da sociedade comunista.

A burguesia tenta separar o movimento operário por países e impedir que os trabalhadores portugueses conheçam a experiência de luta dos trabalhadores de outras regiões. A prática de luta do proletariado contra os exploradores levá-los-á, em todas as regiões, a desenvolverem formas sociais fundamentalmente idênticas — a desenvolverem formas sociais comunistas. Aprender com a experiência do proletariado dos outros

países permitirá aos trabalhadores portugueses um mais rápido desenvolvimento das formas autónomas de organização operária.

A ultrapassagem dos sindicatos e a criação de comissões de trabalhadores — parece-nos ser este o balanço positivo dos últimos seis meses de luta.

O desenvolvimento da democraticidade das comissões de trabalhadores, não separando as massas trabalhadoras da execução directa das tarefas práticas — é este o caminho a seguir na organização autónoma dos trabalhadores.

A libertação dos trabalhadores não poderá vir de mais nenhum lado, senão dos trabalhadores autonomamente organizados.

De 21 de Junho até hoje, o Combate tem procurado acompanhar e apoiar o movimento operário no verdadeiro nível em que ele se processa: o nível da luta contra a exploração e das formas de organização que, nessa luta, a classe vai criando e desenvolvendo. Nessas formas de organização germina a sociedade comunista.

Na luta pelo comunismo, a nossa posição não é passiva nem expectante. Aberto a todos os trabalhadores, mantendo um órgão em que possam livremente discutir não só as suas lutas particulares como a sua função na luta geral das classes, estimulando contactos entre trabalhadores formados em lutas diferentes, fomentando assim o desenvolvimento de uma organização operária de base — estamos a contribuir, e a contribuir activamente, para a consolidação da consciência revolucionária do proletariado e para a sua coesão prática. Estamos a lutar pelo advento do comunismo.

As publicarmos a síntese do que se escreveu neste jornal sobre as várias lutas operárias, ao longo de seis meses de trabalho, não estamos só a fornecer um instrumento que ajudará à compreensão e à análise de meio ano de lutas proletárias. Estamos também a mostrar até que ponto conseguimos acompanhar essas lutas, e em que medida falhámos. Se algumas lutas são acompanhadas do princípio até ao fim, outras há que desaparecem prematuramente das páginas deste jornal, quando havia ainda muito a dizer; na maior parte dos casos, as lutas só surgem após a sua deflagração pública em greves ou outras manifestações aparatosas, e só raramente se acompanha o malar lento da luta e das suas formas organizativas; e algumas lutas ainda, de grande importância, não são referidas.

Assim, esta panorâmica de seis meses de lutas operárias é também, e simultaneamente, a base para uma visão crítica de seis meses do nosso trabalho.

Para além de todas as deficiências, das que conhecemos e daquelas de que não tomámos ainda consciência, um ponto há que consideramos inteiramente positivo: procurámos sempre os trabalhadores para serem eles a escrever sobre as lutas. Aumentaram assim a sua consciência e a sua organização autónoma. E contribuímos para que a unificação do proletariado se faça sobre a única base possível — a dos interesses comuns de todos os explorados — e não sobre ideologias sectárias propostas por alguns dos muitos grupos candidatos a governantes. E que para nós não é um mito nem uma frase vã o lema da velha Internacional que escrevemos sob o cabeçalho deste jornal: «A libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores».

LUTAS NO LOCAL DE PRODUÇÃO

1. A. CAETANO, Porto, carroçarias de camionetas

Ameaça de despedimentos. Greve de 80 operários serralheiros por solidariedade com um camarada despedido (Agosto). Por proposta do Sindicato é eleita democraticamente uma comissão de trabalhadores (N.º 9).

2. ABEL ALVES DE FIGUEIREDO, Sta. Cristina do Couto, Sto. Tirso, Têxtil

Mais de 500 operários. Número a diminuir, porque há 9 anos tinha mais de 1100.

Greve de 4 dias com cerco da fábrica. O Sindicato pressiona ao trabalho. Retoma-se o trabalho. Greve a partir de 25 de Dezembro. Motivo: salário mínimo. Projecta-se a luta contra a redução do tempo de trabalho (despedimentos camuflados) e pela melhoria de certas condições de trabalho. O pessoal de escritório apoia o patrão. A maior parte dos encarregados também. Comissão de trabalhadores (5 operárias) eleita por todos os operários. A Comissão informa os operários. O patrão não quer dialogar com a comissão; a negociação passa-se entre os advogados do patrão e os advogados do Sindicato, sem participação da comissão de trabalhadores (N.º 13).

3. AC-TRÓIA, Tróia, Construção Civil

Greve (Maio) por reivindicações salariais, condições de trabalho e saneamento. Parte dos empregados de escritório apoia abertamente a Administração. Eleita uma comissão de trabalhadores, composta por operários eleitos em cada obra. Ameaça de despedimentos. A Administração recusa-se a pagar os salários alegando falta de liquidez. A AC é nacionalizada. O Estado pretende recusar aos trabalhadores regalias arrancadas na luta contra o antigo patrão (13.º mês). Conflitos entre a (nova) comissão e alguns trabalhadores, que acusam esta de colaboração com o Governo, não defendendo os direitos dos trabalhadores (N.º 3, 5, 10, 11, 12 e 14).

4. Oficinas ALBERTO MARINHO, Amarante, metalurgia

Cerca de 150 operários. Despedimento de um operário proposto para delegado sindical (Outubro). Não paga o salário mínimo do CCT dos metalúrgicos e, em muitos casos, não paga o salário mínimo nacional. O Sindicato não impôs a readmissão do operário despedido. (N.º 10 e 14).

5. ALVES & C., Amarante, Marcenaria

O patrão não paga o ordenado do CCT. Por ameaças patronais, os operários não elegem delegados sindicais. O Sindicato não apoia os trabalhadores: os seus representantes só falam com o patrão e não com os operários. (N.º 14).



Desenho de Philippe

6. APPLIED MAGNETICS, material para computadores

Capital norte-americano. Luta pelo aumento de salários e, depois, contra os despedimentos. Greve com ocupação. Eleita uma comissão de trabalhadores. (N.º 6 e 8).

7. Têxtil dos BARGOS, Vila Nova de Famalicão, têxtil

Empresa em má situação por má administração e sabotagem económica. Luta pelo salário mínimo e contra os despedimentos. Luta contra o encerramento. Encarregados, chefes de secção e empregados de escritório tomam o partido do patrão contra os operários. Existe uma comissão de trabalhadores eleita. (N.º 10 e 11).

8. CARIDES, V. N. de Famalicão, têxtil

Despedimento de 5 trabalhadores por tentarem sanear um encarregado (Outubro). (N.º 10).

9. CHARMINHA, Lisboa, confecções

Cerca de 60 operárias. O gerente era um ex-oficial nazi. Luta contra uma encarregada que em dois anos despediu mais de 200 operárias. Inicialmente, reivindica-se também aumento de ordenados mas, depois, limitam-se à luta contra os despedimentos. Após o 25 de Abril, o gerente foge do País deixando dois cheques sem cobertura para o pagamento dos salários.



Os trabalhadores passam a produzir e a vender directamente. Hesitações do pessoal dos escritórios na luta. Os trabalhadores pedem ao Ministério do Trabalho que os financie sob a forma de cooperativa. O Ministério nega. Desde a ocupação da fábrica os salários dos operários foram aumentados até ao mínimo nacional, continuando a maioria do pessoal de escritório a ganhar de 6 a 8 contos. Durante a ocupação, eram gastos 145 contos por mês nos salários de mais de 60 operários, e 141 contos por mês para pagar 14 ou 15 empregados

de escritório. A certa altura da luta, e após um encontro com operárias da Sogantal, houve reações e o pessoal de escritório foi afastado da condução da luta. N.º 4, 7 e 8.

10. CINTELEI, Ermesinde, confecções

80 operárias. Luta contra os despedimentos. Greve de uma manhã. As últimas 11 operárias despedidas acabaram por ser reintegradas. Apoio do Sindicato das Costureiras. (N.º 6).

11. CONLUS, Margem Sul, confecções

300 operárias. Em consequência da intoxicação das operárias por falta de condições de segurança de trabalho, desenvolveu-se um movimento reivindicativo. Em assembleia de trabalhadores são discutidas reivindicações: melhores condições de trabalho, aumento de salários, saneamento e direito dos trabalhadores de defenderem eles próprios os seus interesses, não delegando em outros a sua luta (N.º 4).

12. C. T. T.

35 000 trabalhadores. Luta por melhores condições de vida e de trabalho e pelo saneamento. Comissão pró-Sindicato eleita. Greve e intervenção do Exército. (N.º 2, 6 e 8).

13. EFACEC-INEL (Sul), Lisboa, material eléctrico

Luta por salário mínimo, tabelas de ordenados, horário de trabalho, férias, etc. 1076 trabalhadores entram em greve com ocupação (Julho). Inicialmente, a única organização era a mesa da assembleia geral dos trabalhadores. Constituiu-se depois a Comissão de Defesa dos Trabalhadores, que integra representantes de todos os grupos profissionais da empresa. Formaram-se uma comissão cultural e uma comissão de informação. Editou-se um jornal de greve, que continuou mesmo depois da suspensão do movimento; nele são discutidos os problemas de todos os trabalhadores da empresa, que tem secções em vários pontos do País. (N.º 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14).

14. EMIVAL, Valongo, minas

O patrão não paga os salários e abandonou a empresa (Novembro). Os trabalhadores passaram a gerir a mina, pagam os salários e amortizam as dívidas do patrão. Eleita uma comissão de trabalhadores. Comissão de gestão, constituída por 8 pessoas, presta informações aos trabalhadores e ao Sindicato; requereu assistência técnica e engenheiros de outras fábricas. (N.º 12).

15. GALINHA BRANCA PORTUGUESA, indústrias alimentares

Pertence à família Tito Basto, ligada à família Duarte Ferreira. Em 1973 aumentou o capital de 1800 para 3000 contos, dos quais 2400 pertencem à Gallina Blanca (Espanha). A única mão-de-obra

portuguesa trabalha ao domicílio, enchendo envelopes com pastilhas elásticas e colando-os.

Antes do 25 de Abril, aquele trabalho era executado por presos do Limoeiro, que recebiam 5 escudos por cada mil envelopes. Depois do 25 de Abril, quando da revolta dos presos, estes queimaram os envelopes e recusaram-se a fazer o trabalho. Agora, o trabalho é feito ao domicílio pelos habitantes do Casal Ventoso; são feitos 40 000 a 60 000 envelopes por semana; fazendo uma média de envelopes/hora, vemos que o trabalho é pago a cerca de 2550 à hora. Os trabalhadores tentaram pedir aumento, não conseguindo, por falta de unidade. Há sempre moradores que querem trabalhar por aquele preço. (N.º 12).



16. G. P. A., Lisboa, projectos de arquitectura

60 trabalhadores permanentes. Reivindicações várias: salariais, saneamento, contra os despedimentos. Greve com ocupação (Agosto). Os dirigentes sindicais apoiam a entrada do patrão, estando este proibido de entrar pelos trabalhadores; os dirigentes sindicais propõem que se levante a greve e a ocupação. Os trabalhadores negam-se. Afastamento dos sindicatos. Luta contra os fura-greves (os de salários mais elevados). O ministro do Trabalho apoia os patrões. Falta de apoio dos trabalhadores do atelier Conceição e Silva, escudados na existência de fura-greves. O ministro do Trabalho pressiona à desocupação; os sindicatos reaparecem apoiando o ministro. Suspensão da ocupação (Outubro). Despedimento dos grevistas. Fim da greve. (N.º 6, 8, 9, 10, 11 e 12).

17. GRÃO-PARÁ, vários pontos do País, turismo

Cerca de 1300 trabalhadores. Os principais administradores abandonaram as empresas; não pagamento do 13.º mês. Plenário dos trabalhadores (Dezembro) decide a ocupação da empresa. Apela para o Governo. (N.º 14).

18. Fundação GULBENKIAN, Lisboa, serviços culturais.

Luta pelo saneamento. Greve com ocupação (Julho). (Obs. do Combate: incapacidade de ultrapassar o quadro restrito dos trabalhadores da Fundação e de a transformar num verdadeiro centro de cultura popular). (N.º 5).

TABOPAN (METALÚRGICOS) — ALVES & C.^A — OFICINAS ALBERTO MARINHO

AMARANTE

COMO LUTAR CONTRA O DESEMPREGO?

COMB — O que pensam sobre o desemprego e qual a melhor forma de luta contra ele?

Um operário (A. Marinho) — Sobre o desemprego eu acho que eles estão a utilizá-lo como uma forma de reacção e que estão a tentar fazer o mesmo trabalho com menos operários, não querem ver os seus lucros diminuídos com esta coisa de aumentos de salários.

Outro operário (A. Marinho) — Eu acho que eles despedem a malta, como este aqui diz; que é para criar complicações entre a classe trabalhadora e não baixarem os seus lucros e também para assustar o resto da malta que fica a trabalhar debaixo das condições que eles nos exigem mesmo e nós temos que trabalhar, senão que nos despedem; eu acho que a forma de luta contra isso será a que se tem visto na prática — que é a única — a greve. E a greve que temos de utilizar; é isso...

Um operário (Alves & C.^A) — Também acho que o desemprego é uma arma muito importante que o patrão utiliza para os operários não poderem reivindicar os seus direitos, não é. Vê-se em qualquer lado que os patrões ameaçam despedir os operários e eles preferem ganhar o mesmo ordenado que estão a ganhar do que exigir o ordenado dos contratos colectivos, porque sabem que se exigirem vão para a rua. Portanto, eu acho que isso é um ponto importante. E lá na firma já se tem falado muito nesse assunto, nessa coisa. Há pessoas que preferem ganhar o que ganham com o medo de que o patrão os mande para a rua.

Um operário (Tabopan) — O que indica que nenhum dos nossos colegas seia despedido foi a paralização do trabalho, o patrão fez isso uma vez e viu qualquer reacção; ele temeu-nos e não despediu mais nenhum dos nossos colegas.

COMB — Portanto, ele viu que vocês têm força e agora não tenta despedimentos.

Um operário (Tabopan) — Agora não tenta. Não tenta porque vê que estamos

preparados, estamos unidos para combater contra a reacção que ele faça e ele agora teme-nos, mas continua a não pagar pelo contrato colectivo de trabalho e diz que só paga no fim do prazo que tiver, no último prazo que houver.

Um operário — Sobre o desemprego... não são só os patrões, é todo o sistema capitalista que provoca o desemprego. Por exemplo, dentro do A. Marinho, continuo a bater a tecla do A. Marinho porque é a que mais conheço, embora haja muitos exemplos iguais ao dele... — ele tem necessidade de fazer mil pás por semana, mas abastece o mercado só com 700, mas tem necessidade de fazer mais 300 para lhe aumentarem os lucros ainda mais. Com o produto da venda das trezentas pás, por exemplo, ele paga ao pessoal e o resto é para ele. Mas no momento que há menos venda de produtos, agora parece que isso é geral, ele quer continuar a tirar os mesmos lucros. Para tirar sempre os mesmos lucros tem que despedir pessoal, porque sabe perfeitamente que continua a pagar ao pessoal com a produção que tem e continua a ter um excedente que lhe dá para ele amealhar, continuar a juntar. A única forma de luta que nós temos é mesmo a greve, é mesmo deitar mão à greve quando se verifica despedimentos seja ele qual for, seja um operário de quinze anos, seja de catorze ou de setenta — seja ele qual for e seja ele varredor, seja o que for. Os direitos são todos iguais embora aqui na provincia se assista a isso de um torneiro ou um serralheiro se achar com direito de ganhar de que um trabalhador. Isso é errado, todos têm direito à vida, o nosso estômago é todo igual; portanto, todos nós temos o direito de ganhar o mesmo ordenado. Quando for um de nós despedido, temos de deitar mão à greve para que isso não aconteça. Mas deitar mão à greve é impedir os despedimentos, não soluciona o nosso problema...

Nós bem sabemos isso. Impedimos hoje um despedimento, amanhã impedimos outro e depois outro... quer dizer, são lutas que a gente vai ganhando mas nós vamos chegar a certo ponto e vamos verificar que o deitar mão à greve não soluciona os nossos problemas: só temos os nossos problemas solucionados quando formos nós a gerir a fábrica. Quando formos nós a gerir a fábrica já não há despedimentos, porque a gente vai planear o trabalho de maneira a que haja

trabalho para todos e que não haja necessidade de criar excedentes de trabalho para amealhar, porque não há ninguém para enriquecer, não há um capitalista para enriquecer — há os operários todos a ter o ordenado deles garantido e há uma fábrica para manter.

Só quando nós fizermos isso, tomarmos conta da fábrica, num futuro — eu acho que não será longínquo — e depois a seguir, das fábricas nós temos que tomar o aparelho de Estado, porque se nós tomarmos as fábricas num sistema capitalista nós temos de baixar ao sistema que nos está a governar; portanto, continuaremos a ser peças da máquina e isso não nos interessa. Interessa sim, depois de tomar a fábrica, tomar também o aparelho de Estado que é para através do aparelho de Estado controlar as fábricas, as fábricas e todos os organismos onde haja trabalhadores. Para isso temos de lutar muito, não é, é preciso trabalhar muito.

Sobre a lei da greve; e nós sabemos que não podemos deitar mão a ela porque está quase proibida. Mas como aquele colega diz há uma lei que diz que obriga os metalúrgicos a pagar o contrato de trabalho e eles não pagam; portanto, se eles fogem à lei, nós também podemos fugir... e devemos fugir a ela. No programa do M. F. A. eles dizem que lutam pela defesa das classes mais desfavorecidas que somos nós os trabalhadores, eles não estão a cumprir isso, porque estão a assistir aos despedimentos, estão a ver centenas de despedimentos e não fazem nada, limitam-se a enviar um secretário ou um delegado do Ministério do Trabalho à fábrica para ver o que é que se passa lá dentro e nós continuamos à espera que haja solução — e a solução qual é? A solução sabemos-la nós que é deitar mão à greve, mas os operários estão à espera ainda dos sindicatos e do Governo para resolver os problemas. Isso, devemos estar capacitados que isso não é possível, porque eles pensam que não tem interesse... não têm interesse e não têm medo porque o Governo não é... — não está ao lado dos trabalhadores.

OS PATRÕES E OS «MALANDROS»

COMB — O que é que pensam quando os capitalistas falam em despedir os operários que são «malandros»?... O que pensam vocês sobre isso?

Um operário — Está certo isso. Porque ali no A. Marinho, por exemplo, o delegado sindical dizia que primeiro se devia obrigar o pessoal a trabalhar mais, a produzir mais para ganhar mais dinheiro. Ora isso é errado. Não vão produzir mais para ganhar mais dinheiro, isso não pode ser... Se produzirem mais, mais vão enriquecer o patrão. E dizer que há operários «malandros», não há operários «malandros»... todos cumprem com o seu trabalho, num momento em que o ordenado, que eles achem que o ordenado é justo. Ai não há operários «malandros» todos trabalham.

Um operário (A. Marinho) — E preciso ver o momento em que se diz que os operários são «malandros». E preciso ver a intenção com que esses indivíduos por vezes são «malandros». Há indivíduos que pensam que não devem produzir que não devem trabalhar tanto por causa dos ordenados, pois que o patrão não cumpre e eles acham que também não devem cumprir. E nessa altura um indivíduo cumprir, até acho que, na minha maneira de ver, que não está a proceder bem.

Um operário — Desde o momento em que os ordenados são justos, nós temos de fazer com que os nossos camaradas não sejam «malandros», porque senão quem está a ser prejudicado somos nós. Se eu estou a trabalhar numa máquina e faço 100 peças e ganho um ordenado justo e o camarada ao meu lado ganha tanto como eu e só faz 20 — tem de fazer aquilo que ganha, tanto como eu, porque se não eu estou a trabalhar para ele e isso não pode ser.

Um operário (A. Marinho) — Nessa altura eu acho que havendo salários mais ou menos iguais esses indivíduos devem produzir mais ou menos o normal.

Um operário — Isso também é o seguinte: Na situação actual eu ao fazer 100 peças, portanto nós estamos a ser pagos pelo contrato de trabalho... Imaginemos que estamos a ser pagos pelo contrato de trabalho, é um ordenado justo — eu não acho justo — um faz 100 peças e o do lado faz 20; nós não podemos obrigar o outro a fazer 100 peças porque com 20 peças que ele faz já ganha para se pagar a ele e para pagar ao patrão — e nós fazemos mais 80 e estamos a meter 80 de graça no bolso do

patrão. Portanto, nós só podemos fazer isso, obrigar o nosso camarada a trabalhar quando formos nós a gerir a fábrica, porque nessa altura ele está a prejudicar a nós, aos operários todos. Agora, neste sistema, nós não temos nada que lutar contra o camarada se ele for «malandros». Por exemplo, um torneiro de série, como aquele do A. Marinho, o patrão leva a 120\$00 à hora, ora numa hora de trabalho o operário já se pagou a ele e o patrão vai beneficiar de 7 horas de trabalho. Portanto se ele trabalhou uma hora, está pago — mesmo se só trabalhar uma hora o patrão beneficia; se ele trabalhar mais 7 horas, o patrão beneficia de mais 7 horas. Não podemos obrigar um operário a não ser «malandros» neste sistema; só quando formos nós a gerir as fábricas, aí é que podemos exigir.

Outro operário (A. Marinho) — Neste momento também se vê uma diferença entre a classe trabalhadora. Há o torneiro de 1.º, há o torneiro de 2.º e por aí fora; portanto um torneiro de 2.º não pode produzir tantas peças como um de 1.º

Um operário — Pode e produz as mesmas peças; o que é isso serve de divisão entre os operários. Eles dividem os operários em categorias para criar rivalidades entre eles. Há torneiros de 1.º, 2.º e 3.º e eles fazem o mesmo; o de 3.º faz o mesmo que o de 1.º, faz a mesma coisa. O que eles criam as categorias para criar rivalidades. Eles assim... um torneiro de 3.º passa a torneiro de 2.º ao fim de 4 anos; portanto são 4 anos que o patrão foge ao pagamento do ordenado de 2.º que é maior; depois para passar a 1.º só quando o patrão quiser, não há um período de trabalho estipulado para um torneiro passar de 2.º a 1.º. Só passa se fizer um exame ou o patrão o propuser. Essa criação de diversas categorias é para o patrão fugir ao pagamento dos ordenados justos, dos ordenados justos... injustos; não é, que continuam a ser injustos. Quanto a peças eles fazem a mesma coisa; eles fazem essa coisa por causa dos ordenados... para beneficiarem sempre com a divisão por categorias.

CONCLUI NO PROXIMO NUMERO

OPERÁRIOS DA ABEL ALVES DE FIGUEIREDO: LUTAI UNIDOS CONTRA A EXPLORAÇÃO!

CARTA DAS OPERÁRIAS DA ABEL ALVES DE FIGUEIREDO

Vimos por este meio pedir para que sejam publicadas algumas coisas neste jornal do que vem vindo a acontecer contra os operários desta firma.

Pois o 25 de Abril ainda não chegou, e é esse o motivo que as operárias vêm lamentando esse caso, por ainda não dar o ordenado de 88\$00, e o patrão não dar o ordenado de 127\$00. E diz esse patrão que não tem dinheiro... Pois as operárias não têm culpa de ele vir a fazer uma fraca administração, para que ele não dê o respectivo salário. Tendo já os operários pressentido essa falsa manobra, que vem já há muitos anos dentro da firma dizer que não tem dinheiro, e os fascistas que o rodeiam também o dizem para essa falsa manobra que ele vem fazendo, mas não chegou ao ponto que ele pensava fazer, porque chegou o 25 de Abril. E como isso se deu, ele agora tenta fazer dos operários uns autênticos subordinados dele, que ele vinha fazendo antes do 25 de Abril. E nós como operários lançamos para a luta para ir-mos buscar o nosso direito que temos, pois já foi entregue o caderno reivindicativo no dia 10-12-74 e acaba o tempo no dia 10-1-75 para lançar a dita greve que nós temos o direito de fazer, para ver se todas as operárias que se encontram sem o seu salário, não só a Têxtil como todas as repartições que dizem a essa firma estão na mesma coisa.

ele é rico, não foi ganho por ele, antes pelo contrário, só está dentro da firma a dar prejuízo aos operários como também ao Estado, e também aos credores. Porque esse fascista estava habituado a roubar o suor do trabalhador para ele andar com as amantes e dar-lhes quintas e carros — a uma operária, que era das mais fracas operárias que ele tinha dentro da firma, levou-a para Viana, onde esse patrão abandonou a sua esposa e filho para ir junto doutra mulher — e as manda esse patrão como um rapaz de servir com a saca da comida dentro de uma pasta para todo o dia. E assim vai a fraca administração para que ele não dá o salário. E como ele faz essas poucas vergonhas os cabecilhas também as têm dentro das secções — como um mestre que anda com uma amante a fazer as poucas vergonhas dentro da firma e o patrão não liga nenhuma. Este mestre, vós operárias e como mulheres sérias, porque não fazeis o vosso saneamento para que esse homem vá para a rua? Porque vós não gritis no que tendes direito por as vergonhas que ele vem vindo fazendo já de há muito tempo? Vós vedes que o trabalho melhor é para essas meninas porcas, não para a mulher ou homem que seja honesto. Vê-se que ele nem come o almoço descansado para vir conversar com essa rapariga que não tem vergonha. Mas todas estas manobras que esse fascista vem fazendo é tudo com as juras falsas que vem fazendo e com o tercinho que ele traz no bolso para mostrar que é um grande religioso mas mal sabem as operárias que é todo burlão que ele apresenta, e muito mais iria, mas mais longe. Dentro disto só torno a culpar a gerência, que não

vê nada tanto no trabalho dele como no ordenado, porque operárias vós tendes que perder o medo e lutar por os vossos direitos cujo direito é o salário que a todos têm direito. Seja a secção que for não ganham o salário da lei. Por isso todas as operárias têm o direito de lutar na greve e aquele que não unir, vós não tenhai medo — é pancada para cima, até vir as autoridades competentes para isso ser resolvido. Porque a firma diz estar sem dinheiro e os que ganham mais é que são mensais, se vão embora nos meios dias que a firma queria que assinásemos o meio-dia das festas.

Operárias da firma têxtil Abel Alves de Figueiredo

COMUNICADO

Aos operários da Têxtil — Abel Alves de Figueiredo

Santo Tirso

CAMARADAS:
Há já muito tempo que vimos a ser explorados e manobrados por fascistas. Nós os trabalhadores desta firma, quer sejamos serralheiros, carpinteiros, mecânicos quer operários de outras secções e oficinas, temos de nos unir e formar um só scorpo de lutas para a defesa dos

direitos da nossa classe — CLASSE OPERÁRIA.

Não tenhamos ilusões! Ou nos unimos e a vitória final será nossa ou, pelo contrário, desunidos, continuaremos a ser objecto de «brinquedo» para a entidade patronal.

AMIGOS E CAMARADAS DE OUTRAS SECCOES:

Nós, os da Têxtil, contamos convosco.

Vós os das outras secções podeis contar com os da Têxtil, sempre e a toda a hora que precisardes. Afinal nós todos constituímos a grande «CLASSE DOS EXPLORADOS». Com a nossa união nada temos a perder. Se ela se verificasse mais cedo não veríamos pela certa tantos operários despedidos injustamente, serralheiros obrigados a deitar

sulfato ao «patrão», operários com salários muito inferiores aos da Lei e muitos outros atropelos que vós bem conheceis.

AMIGOS E CAMARADAS:
Vamos para a frente. Não baixemos os braços numa luta que não poderá ter tréguas e que foi já iniciada.

Aos que dizem que a empresa não pode pagar apontemos-lhes os gastos inúteis e particulares e, bem assim, a má administração.

Aos lacaios do fascismo e patronato, denunciemo-los às autoridades encarregadas do saneamento, para que tenham a sorte que merecem.

**CAMARADAS A LUTA!
UNIDOS VENCEREMOS!
ABAIXO OS TRAIADORES DA CLASSE TRABALHADORA!
GANHA ESPÍRITO DE CLASSE E VERAS A SUA FORÇA!!!**

QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N.º _____
1 ano (52 números) — 120\$00; 6 meses (26 números) — 60\$00; apoio (anual) — 200\$00
Para o estrangeiro há que acrescentar os portes do correio

QUERIA VENDER O COMBATE
Junto envio \$ _____
(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

COMBATE
AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C-D.
LISBOA - 4

Nome _____
Morada _____
Profissão _____
(ENVIAMOS OS NUMEROS ANTERIORES A QUEM OS SOLICITAR)

Em relação à decisão do Plenário dos Trabalhadores da EFACEC/INEL (Sul) de 14-12-74 pela qual os trabalhadores exigiam à Administração uma garantia formal de que não faria qualquer despedimento nem rescisão de contrato de trabalho por um prazo não inferior a um ano as Empresas deram a seguinte resposta:

«Terminando em 31 de Dezembro próximo as garantias relativamente a despedimentos objecto do acordo entre os trabalhadores e as empresas, estas vêm declarar que aceitarão manter durante o ano próximo de 1975 as mesmas condições actualmente em vigor, isto é, até 31 de Dezembro de 1975, quaisquer despedimentos ficarão condicionados ao controlo de uma comissão constituída por um representante do Ministério do Trabalho, representantes da administração e representantes dos trabalhadores, caso os mesmos despedimentos careçam de justa causa».

Recebida esta resposta a CDDT em reunião alargada com a presença de cerca de 50 trabalhadores de 14 locais

enquanto as classes ricas estiverem no poder, nenhuma nacionalização representa o suprimento da exploração mas unicamente uma modificação da sua forma...
 (Mozz-Elektro obras, vol. 28, págs. 301-302 de Russo)

de trabalho analisou a resposta verificando-se o seguinte:

a) Que esta resposta não é uma garantia de não despedimento porque: Permite os despedimentos com a sanção do Ministério do Trabalho e até pretende a colaboração da CDDT no sentido desta sancionar despedimentos que venham a ser propostos pela administração. Ora aceitar esta resposta levaria a Comissão a escolher trabalhadores para serem despedidos em caso de alegada falta de trabalho o que levaria inevitavelmente à divisão dos trabalhadores e à sua desconfiança para com a CDDT. Nós sabemos que noutras empresas tais com a FACEL onde os trabalhadores aceitaram respostas idênticas a esta, a comissão permitiu que fossem despedidos 213 trabalhadores não cumprindo a sua função de defesa do direito ao trabalho de todos os trabalhadores. Em relação ao atrás citado a CDDT reconhece ter errado ao aceitar em Julho passado uma redacção idêntica à agora proposta pela direcção, mas o que se passou noutras empresas vem permitir corrigir este erro.

EFACEC INEL CONTRA OS DESPEDIMENTOS

b) Inclusive na reunião em que a direcção da empresa entregou a presente resposta à CDDT o Eng.º Costa Reis declarou que havia estado no Ministério do Trabalho e tinha sido informado de que o Ministério não se oporia a despedimentos no caso de a administração alegar falta de trabalho, desde que a empresa pagasse as indemnizações previstas pela lei. Ora nós sabemos que neste momento no País existem cerca de 290 000 desempregados e se aponta para mais de 300 000, e que aos trabalhadores não interessam indemnizações que rapidamente desaparecem, mas sim garantia de trabalho certo.

c) Verificou-se que dada a crise na indústria da construção civil o sec-

tor de elevadores será dos primeiros atingidos.

d) Verificou-se que o Estaleiro de Aviz onde trabalham cerca de 40 operários, devido à alegada falência da Torralta, estes operários estão em risco de regressar a Lisboa, já na próxima semana.

e) Não se tem verificado, em todos os sectores das empresas por parte dos responsáveis a procura de obras capazes de garantir a continuidade do trabalho. Assim só uma tomada de posição firme dos trabalhadores contra qualquer despedimento, pode obrigar a empresa a modificar a sua acção em relação à angariação de novas obras de forma a garantir o trabalho.

f) Verificou-se também que nos anos anteriores nos meses de Janeiro e Março era habitual a permanência de muitas dezenas de operários na inactividade. Não podemos permitir que este ano a empresa em situação semelhante alegue falta de trabalho e tente lançar no desemprego esses mesmos trabalhadores como tem acontecido noutras empresas.

Com base na análise feita e nas decisões do Plenário de 14-12-74 conclui-se:

- 1 — Não podemos aceitar a resposta da administração. Assim a CDDT convoca um Plenário para sábado, 4 de Janeiro de 1975, a realizar no Teatro Vasco Santana, pelas 14.30 h, para aí se decidirem as medidas a tomar.
- 2 — Que face à gravidade da situação só a presença de TODOS os trabalhadores no Plenário, poderá exercer a força indispensável para garantir o nosso direito ao trabalho contra todas as manobras da administração.

Lisboa, 27 de Dezembro de 1974.
 A. C. D. D. T.

Jornal da greve 40
 (suspensão) dos trabalhadores da EFACEC/INEL Lisboa
 5.1.75

Participa activamente na discussão e na elaboração do Jornal!!!

Decidiu-se:

- 1 — Que rejeitemos a resposta da Administração.
- 2 — Que não aceitemos qualquer despedimento, e que qualquer trabalhador que venha a ser despedido a partir desta data não aceite o despedimento e o comunique à CDDT.
- 3 — Que ao primeiro despedimento ou rescisão de contrato de trabalho se paralize imediatamente o trabalho e se realize o mais rapidamente possível, um plenário para aí se decidirem as medidas a tomar.
- 4 — Que à medida que os trabalhadores vão chegando a Lisboa para o plenário atrás referido e até à sua realização, estes se vão concentrando no 75 da Castilho, no 76 da Rodrigo da Fonseca e no armazém da Padre António Vieira, onde a CDDT efectuará reuniões de esclarecimento.
- 5 — Que logo que tome conhecimento do 1.º despedimento a CDDT convoca uma conferência de imprensa para informação da situação e não se permitirem boatos.
- 6 — Que nos solidarizemos com todos os camaradas (de quaisquer empresas) em luta contra os despedimentos e que as formas de solidariedade sejam defendidas em plenário. Nesse sentido a CDDT deverá desde já contactar outras Comissões de Trabalhadores no sentido destas organizarem uma manifestação unitária de trabalhadores em Lisboa contra os despedimentos.
- 7 — Que seja, dado conhecimento desta proposta aos camaradas do Porto, aos Sindicatos, ao Ministério do Trabalho e às Comissões de Trabalhadores de outras empresas.

Proposta 2

Considerando que:
 1 — As horas extraordinárias contribuem para o desemprego e neste momento já existem 290 000 desempregados.
 2 — No caso concreto do Siderurgio Nacional a recusa dos operários as horas extraordinárias, levou o capital a admitir 800 operários.
 3 — Existindo já uma proposta aprovada pelos trabalhadores, de que não se fariam mais horas extraordinárias até o nosso governo reivindicativo ser assinado e se até este momento não foi assinado.

Decidiu-se que:
 1 — Seja novamente recusado fazer horas extraordinárias quer sejam operários, quer técnicos, quer administrativos.
 2 — Sejam verificadas as folhas de salário e livros de registo de horas extraordinárias, pela CDDT sempre que se achar conveniente a sua verificação.
 3 — Seja recusado por todos os operários desobedecer o recebimento de dia referente às férias de obra e que os operários as gozem na altura devida.
 4 — No espírito do aprovado no plenário de 8 de Junho de 1974 propomos que todos os trabalhadores, especialmente os técnicos, que tenham conhecimento da recusa de encomendas pela administração, recusa de concurso, bem como todos os manobras que possam conduzir a despedimentos o denunciem à CDDT.

PROPOSTA 3

CONSIDERANDO que o direito ao trabalho é o único direito, que na sociedade capitalista em que vivemos, poderá salvaguardar a sobrevivência de todos os trabalhadores explorados.

DECIDIU-SE

- a) Reintegrar os trabalhadores com contrato de eventual, cujo contrato já foi dado por findo pela administração e que a esses trabalhadores seja atribuída a condição de trabalhadores efectivos.
- b) Que todos os trabalhadores existentes actualmente na condição de contratados eventuais sejam passados à condição de trabalhadores efectivos.
- c) Que não haja a partir de hoje mais quaisquer contratos eventuais, mas sim efectivos.
- d) Que nos solidarizemos e apoiemos por todos os meios, a luta dos nossos camaradas do Porto, pelos fins expostos acima.

Plenário de trabalhadores sobre o desemprego



Considerando:

- 1 — Que a resposta da Administração, não só não nos serve, como ainda pretende dividir-nos.
- 2 — Que o problema dos despedimentos nos mostra que é necessário avançarmos no sentido de reforçarmos a solidariedade entre os trabalhadores desta empresa e os outras empresas.
- 3 — Considerando ainda que é importante reforçar o já aprovado no Plenário de 14 de Dezembro de 1974

Reuniões do Jornal Quarta-feira às 18h e aos Sábados às 15 horas no 88 R. Fonseca

NORUEGA OS OPERÁRIOS CONTRA A SOCIAL-DEMOCRACIA

A 16 de Setembro de 1974, os membros da Associação dos Montadores Eléctricos de Oslo (primeira secção da Federação Norueguesa dos Electricistas) entraram em greve política durante uma hora contra a arbitragem obrigatória. A Associação conta com cerca de 1700 membros, e a direcção informou mais tarde que a participação fora muito boa. Mas se a participação era boa, a Federação — ou seja a estrutura sindical — tentou de novo sabotar esta greve contra a legislação sobre a arbitragem obrigatória, declarando-a ilegal. Assim, a reivindicação apresentada no congresso nacional da Federação no sentido da demissão da sua Direcção, embora de alcance limitado, pode parecer plenamente justificada aos trabalhadores.

A luta contra a arbitragem obrigatória, medida destinada a impor aos operários, para além do trabalho forçado quotidiano, a solução forçada dos conflitos reivindicativos, desenvolveu-se inicialmente sem que a sua natureza política global fosse claramente aprendida. Deste modo,

os operários começaram por bater-se não directamente contra o princípio da arbitragem forçada, mas contra os efeitos que essa instituição tinha no plano imediato sobre o plano salarial.

Este processo é, aliás, descrito por um dos operários do comité de informação, nos seguintes termos: «Quando as reivindicações foram expressas e a greve se tornou um facto, isso abriu os olhos a muitos de nós. Distinguímos melhor o inimigo. Contradições que antes se encontravam veladas, tornaram-se explícitas. Vimos que o governo e as leis de Estado serviam o patronato e não a nós. Mas vimos também que apresentando as nossas reivindicações e permanecendo unidos não éramos obrigados a vergar-nos. A partir do momento, em que decidimos manter a reivindicação ile um pagamento com efeitos retroactivos a partir do expirar do contrato salarial anterior e em que tomámos posição contra uma solução forçada por meio da arbitragem obrigatória, a greve entrou numa fase nova. Deixou de ser diri-

gida apenas contra os patrões, para se dirigir também contra o governo e contra a legislação que, na prática, proíbem a greve aos trabalhadores por meio da imposição da arbitragem.»

Acentuando o desenvolvimento da luta, o mesmo trabalhador prossegue: «Num primeiro tempo, não encaramos certamente a greve como uma greve política, mas como o tempo tornou-se claro que era política o que, em qualquer caso, fazíamos era política. Muita gente pensa que a política é alguma coisa de escabroso que se passa na Assembleia Nacional e nos corredores, mas não, quando nos opusemos à solução forçada, era política o que fazíamos. Em suma, pode dizer-se que num primeiro tempo a greve revelou contradições na sociedade, mas desde que a social-democracia se juntou aos patrões, manejava a arbitragem forçada contra os operários e empregados das centrais eléctricas, as contradições eclodiram no seio mesmo do sindicato.»

Com efeito, rapidamente, como decorre do que acima vimos, explodiu um antagonismo fundamental entre a luta autónoma dos trabalhadores e o aparelho sindical, oficialmente tido como instrumento de luta ao serviço deles. Em breve, porém, os grevistas lograram resistir à pressão institucional e legalista do aparelho, atraindo à sua luta o apoio do movimento operário norueguês. Como explica o mesmo operário: «A cólera contra a arbitragem obrigatória propaga-se a todo o movimento operário, e obriga-nos a continuar a luta. Por outro lado, é importante que todos participem na greve. Foi por isso que lançámos a palavra de ordem: «A greve não são as férias». Um trabalhador grevista que fica em casa, contribui para o enfraquecimento da greve. Ninguém entre nós quer enfraquecer a greve. E por isso que aqueles que conduzem a luta devem organizar o trabalho de modo a que toda a gente tenha ocasião de participar. Todos devem comprometer-se e participar politicamente nos aconte-

cimentos. A greve e os grevistas devem estar constantemente em movimento. A greve deve ampliar-se, de outro modo morreria. Uma greve em que nada se passa, deixa aos adversários o espaço que lhes permitirá quebrá-la. E por isso que toda a gente deve ser levada à discussão, todos devem tomar a palavra. Todos os pontos de vista devem ser discutidos e temos necessidade da total adesão de todos. Os organizadores da greve não podem agir sóz, mas devem estar em pleno acordo com todos os grevistas. E por isso que fazemos reuniões gerais de grevistas semanalmente. Hoje tomámos como objectivo a luta contra a solução forçada das arbitragens obrigatórias e pelos pagamentos retroactivos. Se cedermos sobre a questão do pagamento, aceitaríamos também ficar condenados à arbitragem obrigatória imposta aos operários electricistas.»

(Segundo notícias publicadas no jornal norueguês Klassenkampen n.º 35, 36 e 37).